



DIÁRIO DE NOTÍCIAS	25 julho	DIÁRIO POPULAR	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO DE LISBOA	
CORREIO DA MANHÃ		CAPITAL	
DIA		TARDE	
DIÁRIO			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			



António Mega Ferreira

## Esta indigitação

Ainda a procissão de Catalazete vai no adro, e já se agitam, pressurosos, os integérrimos defensores da virilidade da política pátria. E que o primeiro-ministro indigitado — ou a primeira-ministra, honra lhe seja — dá já sinais, para alguns inquietantes, não de que salpique o seu elenco de perigosas colorações marxistas, tão-pouco de que nele faça sub-repticiamente figurar algum dos conspícuos melo-antunistas, mas, mais pura e simplesmente, de que coloque nos ministérios um número nunca visto de mulheres!

Para já, o deputado centrista, Francisco Lucas Pires, habitualmente tão cuidadoso nos adjectivos, não hesitou em qualificar o governo que-ainda-não-se-sabe-qual-é de «neogonçalvismo rococó, de saias e espartilho». E para o caso pouco importa que a versão tenha sido exactamente esta, ou, como outros jornais a deram à estampa, «neogonçalvismo rococó, de saias espertalhão» — fórmula que, aliás, não abonaria muito a costumada elegância oratória daquele deputado coirabrão.

Se não puder ser usada a fórmula da indigitação, a frase de Lucas Pires é verbalização de incoerências sentimentalistas, o que não deixa de ser direito daquele político, mas que não deve passar sem registo a quem, de um ponto de mira jornalístico, faz diariamente entrar na sua memória pequenos recortes saborosos da mesquinhez intelectual deste país.

Mas, tomada pelo que é, a frase de Lucas Pires é um acervo de coisas contraditórias, em que o rococó de circunstância surge como extemporânea qualificação estilística, bem pouco à medida da dimensão funcional, universalizante e pouco redundante da primeira-ministra indigitada.

Mas há mais: se acordarmos em que o gonçalvismo foi o momento dionísio da nossa Revolução, quererá o deputado centrista prometer-nos, ainda que efémero, um novo «jardim das delícias», libérrimo e anárquico, todo entregue ao álcool da emoção e do instinto, sensorial e voluntarista? E então, como contê-lo em um qualquer espartilho, oculto sob as saias amplas de uma gestão que, aos olhos de gregos e troianos, caíndo como cai em cima de um aceso período de campanha eleitoral, vai ter as costas largas?

Fiquemos por aqui. Não hesito em crer que, para muito boa casa portuguesa, a indigitação de uma mulher para o cargo de primeiro-ministro constitui um factor mais de perturbação de instáveis equilíbrios, um pequeno, e, por enquanto, ainda tímido, argumento com que a proverbial «insignificância» da mulher começará a ser posta em causa — e, o que é mais significativo, pelas próprias interessadas.

Não tenho veleidades de erguer bandeiras ou quebrar lanças por causas que me são imediatamente alheias. A emancipação da mulher, se disso se trata, terá de ser tomada em mãos pelas próprias mulheres, sob pena de todas as suas conquistas terem o aspecto da Carta dada por decreto e gosto do senhor D. Pedro, imperador do Brasil, aos Portugueses. Sabe-se o valor que o povo lhe deu, à controversa Carta.

Mas quero crer que um Governo eficaz da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo faria mais pela luta das mulheres portuguesas do que cem abaixo-assinados, que contabilizam solidariedades, mas não questionam, porventura, no plano dos comportamentos, uma só das regras imemoriais que definem o estatuto de subserviência da mulher. Porque é precisamente aí, nas pequenas querelas da relação familiar, que vejo possibilidades de desbloqueamento de comportamentos inscritos, por tradição, no código masculino. E, inversamente, é nessas pequenas querelas que se poderá iluminar um novo modelo de afirmação da mulher, modelo que questione decisivamente a própria estrutura da relação.

Imaginemos, à maneira de certos analistas, um «cenário» de excepção — o que resultasse de um elenco governamental em que a engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo fizesse figurar, em sólida maioria, mulheres: diplomatas, engenheiras, advogadas, jornalistas, peritas em humanidades e em ciências aplicadas, arquitectas, paisagistas e investigadoras de laboratório, sindicalistas e matemáticas, escritoras e cineastas. Que diriam então os ilustres senhores deputados, os incontáveis ministros, os apóstolos da cartola e do pingalim, o punho-de-rendismo de antecâmara à portuguesa?

Não vem ao caso desta crónica defender a indigitação de Maria de Lurdes Pintasilgo, enquanto gesto político. É evidente que não foi para contribuir para uma autêntica revolução nos costumes portugueses que o general Eanes a escolheu. Mas, sendo fortemente criticável como decisão política, a indigitação desta mulher é um sinal de como, com os tempos, o discurso rendilhado da «política politiqureira» poderia, em vibrantes golpes, ser definitivamente posto em causa. E por isso é positiva.

Para além da indiscutível dignidade intelectual e qualidade cultural de quem, estando em Lisboa, não pensa que esta cidade é o mundo e que, sobretudo, não confunde S. Bento com o Palácio de Versaíles. No plano da inteligência, da civilização e da cultura, esta indigitação é um alívio.

o Futuro